

A possibilidade de o governo aplicar um novo pacote econômico, inclusive confiscando novamente aplicações financeiras, não é descartada por empresários e aplicadores.

O temor de outro choque ronda a economia

FÁBIO PAHIM JR.

A possibilidade de um novo choque heterodoxo, inclusive com mais um sequestro de ativos financeiros, apenas há algumas semanas do Plano Collor II, é um temor que já percorre os meios econômicos. O assunto está na ordem do dia de empresários e aplicadores, embora as avaliações sejam mais ou menos pessimistas, dependendo do interlocutor. O chamado "efeito Orloff" na economia — o Brasil é a Argentina amanhã — voltou com o Plano Collor II e foi o próprio presidente quem disse que seriam feitos quantos programas fossem necessários. Mas como os choques vêm sempre junto com o desrespeito pelos contratos em curso, a violação do direito de propriedade e o desprezo pela estabilidade das regras do jogo — como afirmou em artigo deste fim-de-semana no *Jornal do Brasil* o ex-ministro da Fazenda e Planejamento, Mário Henrique Simonsen —, o temor é de que persista a deterioração do ambiente econômico, na direção exatamente oposta à da retomada dos investimentos.

"Cobaias"

"A desculpa para cada choque heterodoxo é bem conhecida: o governo não pode ficar de braços cruzados quando a inflação chega a 20% ao mês. O erro é concluir que a única maneira de descruzar os braços é aplicar novo choque", escreveu Simonsen, sugerindo que o único grande plano é um só: "Acabar com os planos que transformam a população brasileira em cobaias sujeitas à iluminação de meia dúzia de economistas".

"É preciso estabilidade para trabalhar", concorda o presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Mário Amato. "Os países vivem do futuro. O que fazer quando não se sabe como será o dia de amanhã, se o seu dinheiro vai ser sequestrado. Nós estamos andando para trás. Os seto-

Para o presidente da Fiesp, Mário Amato, a sucessão de planos econômicos atrapalha: "estamos regredindo e não sabemos como será o dia de amanhã".



Arquivo/AE

res de educação, saúde, transportes e estradas estão em grave crise e corremos o risco de uma epidemia de cólera. Estamos regredindo", afirma Amato.

A partir de hoje, Amato promete reunir algumas dezenas de líderes empresariais e consumidores, com o objetivo de evitar o desabastecimento ou agravar a recessão e o desemprego. "Não temos novos planos. A equipe econômica quer que esse dê certo e vamos fazer o possível para ajudar. Um plano bom, sem apoio, não vinga. Um plano mau, com apoio da sociedade, pode vingar. Nós vamos colaborar", disse o presidente da Fiesp, recomendando que o povo ouça a ministra da Economia, Zélia Cardoso de Mello, quando ela recomenda consumir só o necessário. A questão, segundo Amato, transcende,

porém, os nomes: "Se nós dissermos que a questão é de simpatia, não adianta. Chegou a hora da conscientização nacional".

Falta de convicção

Para o economista Alberto Sozin Furuguem, ex-diretor da Área Bancária do BC, o problema crítico é a falta de convicção do presidente, que com o novo plano recuou de seu discurso de posse. "Poderá haver um novo confisco" diz Furuguem. "Se esse novo plano se deteriorar rapidamente, o governo ou deixa a inflação explodir ou fará um novo sequestro de ativos. Não há convicção. O discurso liberal acabou", afirma.

Os efeitos do plano já começaram: nos primeiros dias de fevereiro, a moeda voltou a ex-

pandir-se fortemente, segundo Furuguem. A taxa de juros é baixa e, sem rentabilidade, as pessoas consomem. "Estou assustado com a falta de mercadorias nas lojas".

O professor Paulo de Tarso Medeiros, da Universidade Santa Úrsula, rejeita a hipótese de um novo choque. "Meu cenário não é tão negro. Com a aprovação do plano pelo Congresso, o governo deverá começar a flexibilizar alguns preços. Mas por enquanto, a equipe terá que enfrentar os problemas do congelamento e do desabastecimento. A hora da verdade só chegará daqui a dois ou três meses. Até abril, portanto, não há possibilidade de recuo. Mas se até lá a coisa não estiver bem encaminhada, será necessária uma nova equipe econômica", admite Medeiros.